

Carta a Alexandre Herzen (1860)

CARTA A ALEXANDRE HERZEN*

Mikhail Bakunin

Tenho a intenção de enviar a você, em breve, um jornal detalhado de meus fatos e gestos, desde nosso último adeus da Avenida Marigny, mas hoje eu direi algumas palavras de minha presente situação. Preso um ano em Saxe, inicialmente em Dresde, depois em Königstein, aproximadamente um ano em Praga, cinco anos em Olmutz, completamente acorrentado e, em Olmutz, até mesmo acorrentado ao muro, fui em seguida transportado para a Rússia. Na Alemanha e na Áustria minhas respostas às questões foram muito curtas: “Vocês conhecem meus princípios, eu os publiquei e fi-lo conhecer em alta e inteligível voz; eu quis a unidade de uma Alemanha democrática, a libertação dos eslavos, a destruição de todos os reinos cimentados pela violência, antes de tudo, a destruição do império austríaco; apanhado de armas na mão, vocês têm muitos elementos para me julgar. Eu não responderei mais a nenhuma de suas questões”. Em maio de 1851 fui transferido para a Rússia, diretamente para a fortaleza Pedro e Paulo, na fortificação Aleksei, onde permaneci encarcerado por três anos. Dois meses após minha chegada, o conde Orlov veio ver-me em nome do monarca. “O soberano me enviou a você e me ordenou dizer-lhe: “Diga-lhe que me escreva, como um filho espiritual escreve a um pai espiritual”; você quer escrever?”

Eu refleti um pouco e disse a mim mesmo que, diante de um júri, num processo público, eu deveria manter meu papel até o fim, mas entre quatro paredes, à mercê do urso, eu podia sem vergonha suavizar as formas; pedi então prazo de um mês; eu aceitei - e efetivamente escrevi um tipo de confissão, alguma coisa no tipo de *Díchtung und Wahrheit*; meus atos eram, por sinal, tão manifestos, que eu não tinha nada a esconder. Após ter, em termos gentis, agradecido ao monarca por sua complacente atenção, acrescentei: “Sire, Vós quereis que eu vos escreva minha confissão, está certo, eu a escreverei, mas sabeis que na confissão ninguém é obrigado a declarar os pecados de outro. Após meu naufrágio, só me resta um único tesouro, a honra e o

sentimento de que não traí nenhum daqueles que confiaram em mim; conseqüentemente, não delatarei ninguém”. Dito isso, com algumas exceções, contei a Nicolau toda minha vida no estrangeiro, inclusive todos os meus projetos, impressões e sentimentos, o que fez com que ele apresentasse múltiplas observações edificantes em relação à sua política interior e exterior. Minha carta, que levava em consideração, inicialmente, a situação perfeitamente clara e aparentemente sem saída na qual eu me encontrava e, por outro lado, o caráter enérgico de Nicolau, era escrita de modo muito firme e determinado - e foi por isso que ela lhe agradou muito. Por que, no fundo, eu lhe sou agradecido? É que após tê-la recebido, ele nunca mais me interrogou sobre assunto nenhum. Encarcerado durante três anos na fortaleza Pedro e Paulo, fui transferido no início da guerra de 1854 para Schlüsselburg, onde permaneci detido ainda três anos. Atingido pelo escorbuto, perdi todos os meus dentes. A prisão perpétua é uma coisa terrível, levar uma vida sem objetivo, sem esperança, sem interesse. Dizer a si mesmo todos os dias: “Eu me tornei hoje um pouco mais imbecil e amanhã serei ainda mais imbecil”. Com uma horrorosa dor de dentes que durava semanas e voltava pelo menos duas vezes por mês; não podendo dormir de dia nem de noite, fizesse o que fizesse, lesse o que lesse; e mesmo durante o sono sentir no coração e no fígado uma dor alucinante, com este sentimento fixo: eu sou um escravo, eu sou um morto, eu sou um cadáver. Entretanto, não perdi a coragem; se a religião se manteve em mim, ela se desmoronou definitivamente nas fortalezas. Eu só tinha um desejo: não capitular, não me resignar, não me abaixar até procurar um consolo em não sei qual engano, guardar até o fim, intacto, o sentimento sagrado da revolta. Morto Nicolau, pus-me a esperar mais vivamente. Houve a coroação, a anistia. Alexandre Nikolaevitch, de seu próprio punho, riscou meu nome da lista que lhe haviam apresentado; e quando, um mês mais tarde, minha mãe lhe implorou que me concedesse o perdão, ele lhe respondeu: “Saiba, Senhora, que enquanto vosso filho viver, jamais ele poderá ser livre”. Depois disso, eu prometi a meu irmão Alexei, que tinha ido me visitar, aguardar com paciência ainda um mês; passado este prazo, se eu não tivesse recuperado a liberdade, meu irmão prometia me trazer veneno. Um mês se esgotou: recebi uma intimação para escolher entre a fortaleza ou a deportação para a Sibéria. É claro que escolhi a deportação. Minha libertação da fortaleza não foi obtida facilmente; o monarca, teimoso como uma mula, recusou diversas vezes; um

dia, entrou no gabinete do príncipe Gorchakov (o ministro das Relações Exteriores), com um carta na mão (precisamente a carta que eu escrevera em 1851 a Nicolau) e lhe disse: “Mas eu não vejo o mínimo arrependimento nesta carta”; o idiota, ele queria um arrependimento! Finalmente, em março de 1857, sal de Schluselburg; passei uma semana nos locais da III Seção e, com o consentimento do monarca, vinte e quatro horas com a minha família, no campo; em abril, fui conduzido a Tomsk. Vivi lá aproximadamente dois anos e conheci uma encantadora família polonesa, cujo pai, Ksaverii Vasilievitch Kwiatkowski trabalha na indústria aurífera. A uma versta¹ da cidade, no campo, ou, como se diz na Sibéria, nas terras de Astangovo, esta família habitava numa pequena casa, onde a vida passava na tranqüilidade e no respeito das velhas tradições e costumes. Tomei o hábito de ir lá todos os dias e propus-me a ensinar o francês, etc., às duas moças; liguei-me efetivamente com minha esposa, ganhei sua inteira confiança (eu a amei apaixonadamente, ela também estava apaixonada por mim), de modo que a desposei; e já faz dois anos que estou casado e muito feliz. É bom viver não para si, mas para um outro, sobretudo quando este outro é uma mulher gentil; eu me entreguei inteiramente a ela e, de seu lado, ela divide pelo coração e pelo espírito todas as minhas aspirações. Ela é polonesa, mas não é católica por convicções; de modo que ela também está isenta de fanatismo político; é uma patriota eslava. O governador-geral da Sibéria ocidental, Hasford, solicitou, sem que eu tivesse conhecimento, o consentimento do monarca para que eu tivesse um emprego civil, primeiro passo rumo à minha libertação da Sibéria; mas eu não me resolvi a aproveitar disso; pareceu-me que carregando a insígnia com as cores nacionais perderia minha pureza e minha inocência; assim, fiz os contatos para obter minha transferência para a Sibéria Oriental e foi com grande dificuldade que eles deram bons resultados; souberam das simpatias que teria por mim Muraviev, que veio me descobrir em Tomsk, e manifestou abertamente, publicamente, sua estima. Por muito tempo não consentiram (na minha transferência), finalmente tive o consentimento. Em março de 1859, instalei-me em Irkutsk, onde entrei para o serviço da Companhia (fluvial) do Amur, que tinha acabado de ser fundada; no verão seguinte, naveguei por toda a Transbaicália, mas no início de 1860 deixei a Companhia, convencido de que nada havia a aproveitar disso. Neste momento, procuro um emprego na indústria aurífera, com Benardaki; minhas tentativas ainda não deram resultado; eu gostaria de

não precisar do apoio de meus irmãos. Eles não são ricos; além do mais, sem esperar a decisão de Petersburgo, eles emanciparam seus camponeses; eles lhes deram terras e fizeram todos os trabalhos através da mão-de-obra remunerada, o que resultou numa grande perda de capital. De qualquer modo, eu vivo aqui em condições bastante difíceis, mas espero que meus negócios não demorem a melhorar.

*1860. Pis'ma M. A. Bakunina, op-cit, PP.70-33

[1]Medida russa, equivale a 1.067 metros.

CARTA A ALEXANDRE HERZEN*

Mikhail Bakunin

Caro Herzen. Já faz sete meses que eu te escrevi uma longuíssima carta de vinte páginas. Por diversas razões, ela não chegou até você. Foi a primeira manifestação de uma voz que voltou a ser livre após um longo silêncio. Hoje, serei mais breve. Inicialmente, deixa-me ressuscitar dentre os mortos, agradecer a você pelas nobres e simpáticas palavras que, pela imprensa, você disse sobre mim durante minha triste detenção. Elas atravessaram os muros que me isolavam do mundo e me trouxeram muito reconforto. Você havia me enterrado, mas ressuscitei, graças a Deus, vivo e não morto, pleno desse mesmo amor apaixonado pela liberdade, pela lógica, pela justiça, que foi e que é ainda agora toda a razão de ser de minha vida. Oito anos de reclusão em diversas fortalezas fizeram com que eu perdesse meus dentes, mas não enfraqueceram minhas convicções, ao contrário, elas se fortaleceram; nas fortalezas tem-se tempo para refletir; os sentimentos que foram os mobiles de toda minha juventude, concentraram-se, clarificaram-se, tornaram-se por assim dizer mais sensatos e, segundo me parece, mais capazes de se manifestar na prática. Libertado da fortaleza de Schlüsselburg, há quase quatro anos, recuperei igualmente a saúde; eu estou casado, feliz, em família e, apesar disso, pronto como antes, e mesmo com a paixão de outrora, a me lançar em meus antigos pecados, desde que a ocasião se apresente. Retomo por minha conta as palavras de Fausto: Estou muito velho para

somente me divertir, muito jovem para estar sem desejos. E o futuro, mesmo o futuro próximo, parece prometer muito.

*Irkutsk. 7 de novembro de 1860. Pis'ma M.A. Bakunina K.A.I. Gercenu I.N.P. Ogarevu, Ed. M.P. Dragomanov, Genève, 1896, PP.3-4.

Estatutos Secretos da Aliança: Programa e Objetivo da Organização Revolucionária dos Irmãos Internacionais (1868)

Bakunin, Mikhail. Estatutos Secretos da Aliança: Programa e Objetivo da Organização Revolucionária dos Irmãos Internacionais (1868). CD-R Instituto Internacional de História Social de Amsterdã. Tradução de Frank Mintz do francês ao espanhol. Tradução do espanhol ao português por Aneleh. s/d

Não pode haver revolução nem política, nem nacional, a menos que a revolução política se transforme em revolução social, e a revolução nacional, precisamente por seu caráter radicalmente socialista e destrutivo do Estado, se converta na revolução universal.

Estatutos Secretos da Aliança: Programa e Objetivo da Organização Revolucionária dos Irmãos Internacionais (1868)

Nota: Visivelmente este texto é um complemento do "Programa da Sociedade da Revolução Internacional" do mesmo ano. Pode-se ver que Bakunin propõe a forma federativa de comunas, três anos antes da Comuna de Paris.

Frank Mintz

* * *

1. Os princípios desta organização são os mesmos que os do programa da Aliança Internacional de Democracia Socialista. Estão expostos de modo ainda mais explícito, em relação às questões da mulher, da família religiosa e jurídica, e do Estado, no programa russo da democracia socialista.

O departamento central prevê dar logo mais um desenvolvimento teórico e prático mais completo.

2. A Associação dos Irmãos Internacionais quer a revolução universal, social, filosófica, econômica e política, para que a ordem atual das coisas, baseada na propriedade, na exploração, na dominação e o princípio da autoridade – religiosa, ou metafísica e de modo burguês doutrinário, até jacobinamente revolucionária –, não fique em toda Europa, e logo no resto do mundo, nenhuma pedra sobre a outra, grito de paz aos trabalhadores, liberdade a todos oprimidos, e morte aos dominadores, exploradores, e aos tutores de todo tipo. Queremos destruir todos os Estados e todas as igrejas, com todas suas instituições e leis religiosas, políticas, jurídicas, financeiras, policiais, universitárias, econômicas e sociais, para que todos esses milhões de seres humanos pobres, enganados, avassalados, angustiados, explorados, sejam libertados de todos seus diretores e benfeitores oficiais, para que os indivíduos respirem enfim uma completa liberdade.

3. Convencidos de que o mal individual e social aparecem menos nos indivíduos do que na organização das coisas e nas posições sociais, seremos humanos, tanto por sentimento de justiça como por cálculo de utilidade, e destruiremos sem piedade as posições e as coisas para poder, sem perigo algum para Revolução, perdoar os homens. Negamos o livre arbítrio e o suposto direito da sociedade castigar[1]. A

mesma justiça, tomada no sentido mais humano, mais amplo, é unicamente, por assim dizer, negativa e de transição. Ela assinala a única via possível da emancipação humana, ou seja, a humanização da sociedade pela liberdade e na igualdade. A solução positiva só poderá ser dada pela organização cada vez mais racional da sociedade. Esta solução tão desejada, o nosso ideal, é a liberdade, a moralidade, a inteligência e o bem-estar de cada um pela solidariedade de todos: a humana fraternidade.

Todo indivíduo humano é o produto involuntário de um meio natural e social que nasceu, desenvolveu-se e do qual segue recebendo influência. As três grandes causas de toda imoralidade humana são: a desigualdade tanto em âmbito político como econômico e social; a ignorância que é o resultado natural, e sua consequência necessária: a escravidão[2].

Sendo sempre e por qualquer organização da sociedade a única causa dos crimes cometidos pelos homens, é uma hipocrisia e um absurdo evidente por parte da sociedade castigar os criminosos, posto que cada castigo sugerido à culpa e ao criminoso nunca são culpáveis. A teoria da culpabilidade e do castigo provém da teologia, é do casamento do absurdo com a hipocrisia religiosa.

O único direito que se pode reconhecer à sociedade em seu estado natural de transição, é o direito natural de assassinar os criminosos produzidos por ela mesma em sua própria defesa; e não é para julgar e nem condenar. Esse direito nem se quer é uma aceitação da sua palavra; será antes um eixo natural, entristecedor, porém inevitável, firmado e produzido pela impotência e estupidez da sociedade atual; e quanto mais tentar evitar que a sociedade use tal direito, mais próximo estará da sua emancipação real. Todos os revolucionários, os oprimidos, as sofridas vítimas da organização atual da sociedade, cujos corações estão supostamente cheios de vingança e ódio, devem ter em mente que os reis, os opressores, os exploradores de todo tipo são tão culpados como os criminosos procedentes da massa popular: são delinqüentes, porém não culpados, dado que são também como os criminosos ordinários, produtos involuntários da organização atual da sociedade. Não haverá do que estranhar-se se desde o primeiro momento o povo rebelado mate muitos deles.

Será uma desgraça inevitável e quem sabe, tão fútil como os estragos causados por uma tempestade.

Porém, esse eixo natural não será nem moral, nem se quer útil. A este respeito, a história esta cheia de lições: a terrível guilhotina de 1793 que não se pode acusar nem de que foi perigosa nem lenta, não logrou destruir a classe nobiliária na França. A aristocracia não foi completamente destruída, porém profundamente sacudida, não pela guilhotina, senão pela confiscação e pela venda de seus bens. E em geral, pode-se dizer que as matanças políticas nunca mataram os partidos; resultaram sem efeito contra as classes privilegiadas, por erradicar o poder muito menos nos homens que nas posições dadas aos homens privilegiados pela organização das coisas, ou seja, a instituição do Estado, e sua conseqüência tanto como sua base natural, a propriedade individual.

Para fazer uma revolução radical, é necessário atacar as posições e as coisas, destruir a propriedade e o Estado. E então, não se necessitará destruir os homens, e condensar a reação infalível e inevitável que nunca deixou e nunca deixará de produzir em cada sociedade: o massacre dos homens.

Porém, para ter o direito de ser humano para com os homens, sem perigo para revolução, haverá que ser cruel com as posições e as coisas; haverá que destruir tudo, sobretudo e ante toda a propriedade e sua inevitável conseqüência, o Estado. Este é todo o segredo da revolução.

Não há que se assustar se os jacobinos e os blanquistas que se converteram em socialistas antes por necessidade que por convicção, e para quem o socialismo é um meio e não o objetivo da Revolução, posto que querem a ditadura, ou seja a centralização do Estado e que o Estado os levará por uma necessidade lógica e inevitável à reconstituição de um Estado revolucionário poderosamente centralizado tenderá como resultado inevitável, como o provaremos mais tarde, à ditadura militar para um novo amo. Por conseqüência, o triunfo dos jacobinos e dos blanquistas será a morte da Revolução.

4. Somos os inimigos naturais dos revolucionários, futuros ditadores, regulamentadores e tutores da revolução, que inclusive antes de que estejam destruídos os Estados monárquicos, aristocráticos, e burgueses atuais, já têm o sonho da criação de Estados revolucionários novos, tão centralizadores e mais despóticos que os Estados que existem hoje em dia. Dizem que os revolucionários têm um grande costume de ordem criada por alguma autoridade que venha de cima e grande horror aos que lhe parecem desordens, que não são senão a franca e natural expressão da vida popular, que ainda antes de que seja produzido pela revolução uma boa e saudável desordem, já estão sonhando com o fim e o amordaçamento com a ação de alguma autoridade que de revolução só terá o nome, porém o efeito não será nada mais que uma nova reação dado que será já uma nova condição das massas populares, governadas por decretos, a obediência, a imobilidade, a morte, ou seja a escravidão e a exploração por uma nova aristocracia quase revolucionária.

5. Compreendemos a revolução no sentido do desencadeamento do que se chama hoje em dia das más paixões, e da destruição do que com o mesmo estilo se chama “o órgão público”.

Não tememos, pois invocamos a anarquia, convencidos que desta anarquia, ou seja, a manifestação completa da vida popular desencadeada, deve sair a liberdade, a igualdade, a justiça, a nova ordem, e a força mesma da Revolução contra a Reação. Esta vida nova – a revolução popular – não tardará sem dúvida alguma em se organizar, porém criará sua organização revolucionária de baixo pra cima e da circunferência até o centro, de acordo com o princípio da liberdade, e não de cima para baixo, nem do centro para a circunferência, de acordo com modelo de qualquer autoridade. Pouco nos importa que esta autoridade se chame Igreja, Monarquia, Estado constitucional, República burguesa, ou inclusive ditadura revolucionária. As detestamos e rechaçamos por igual, por ser fontes infalíveis de exploração e despotismo.

6. A revolução, tal como a entendemos, deverá desde o primeiro dia, destruir radical e completamente o Estado e todas as instituições do Estado. As conseqüências naturais e necessárias destas destruições serão:

a) A derrota do Estado;

b) O pagamento das dívidas privadas pela intervenção do Estado, deixando a cada devedor o direito de pagar as suas, se o desejar;

c) O pagamento de todos os tipos de impostos e da dedução de todas as contribuições, seja ela direta ou indireta;

d) A dissolução do exército, da magistratura, da burocracia, da polícia e das prisões;

e) A abolição da justiça oficial, a suspensão do quanto juridicamente se denominava direito, e do exercício desses direitos. Portanto, abolição e queima de todos os títulos de propriedade, atos de herança, venda, doação, todos os processos, em uma palavra, de todo o papel jurídico e civil. Por todas as partes e em tudo, o eixo revolucionário em lugar do direito criado e organizado pelo Estado;

f) A confiscação de todos os capitais produtivos e instrumento de trabalho a favor das associações de trabalhadores, que deverão fazê-las produzir coletivamente;

g) A confiscação de todas as propriedades da Igreja e do Estado assim como os metais preciosos dos indivíduos para a aliança federativa de todas as associações operárias, Aliança que constituirá a Comuna.

Em compensação pelos bens confiscados, a Comuna dará o suporte necessário a todos os indivíduos, que poderão mais tarde pelo seu próprio trabalho ganhar mais se puder e se quiser;

h) Para a organização da Comuna, a Federação das barricadas em permanência e a função de um Conselho da Comuna revolucionária pela delegação de um ou dois responsáveis por cada barricada, um pela rua ou bairro, responsáveis investidos de mandatos imperativos, sempre responsáveis e sempre revocáveis. Assim organizado o Conselho Comunal, poderá eleger seus comitês executivos, separados para cada ramo da administração revolucionária da Comuna.

i) Declaração da capital rebelada e organizada em Comuna depois de ter destruído o Estado autoritário e tutelar, o qual tinha o direito de fazer pelo seu escravo, como todas as outras localidades, renunciar ao seu direito, ou antes a qualquer pretensão de governar, de se impor às províncias.

k) Chamado a todas províncias, comunas, e associações, deixando-as todas seguir o exemplo dado pela capital de reorganizar-se revolucionariamente primeiro, e delegar logo, em um ponto de reunião, seus responsáveis, todos também, investidos de mandatos imperativos, responsáveis e revocáveis, para constituir a Federação das associações, comunas, e províncias rebeladas em nome dos mesmos princípios, e para organizar uma força revolucionária capaz de triunfar da reação. Envio não de mandatários revolucionários oficiais com todo tipo de medalhas, senão propagandistas revolucionários a todas as províncias e comunas, sobre tudo entre os camponeses que não poderão ser revolucionados nem pelos princípios, nem pelos decretos de alguma ditadura, senão unicamente pelo mesmo eixo revolucionário, ou seja, as conseqüências que produzirá a infalivelmente em todas as comunas o fim total da vida jurídica, oficial do Estado. Abolição do Estado nacional outra vez no sentido de que todo país estrangeiro, província, comuna, associação ou inclusive indivíduo isolado, que se havia levantado em nome dos mesmos princípios, serão recebidos na federação revolucionária sem preocupação pelas fronteiras atuais dos Estados e ainda que pertençam a sistemas políticos ou nacionais diferentes, e as próprias províncias, comunas, associações, indivíduos que tomem o partido da Reação estarão excluídos. É, portanto, pelo mesmo eixo da propagação e organização da revolução para a defesa mútua dos países rebelados como triunfará a universidade da revolução fundada na abolição das fronteiras e na ruína dos Estados.

7. Não pode haver revolução nem política, nem nacional, a menos que a revolução política se transforme em revolução social, e a revolução nacional, precisamente por seu caráter radicalmente socialista e destrutivo do Estado, se converta na revolução universal.

8. Dado que a revolução deverá fazer por todas as partes pelo povo, e posto que a suprema direção tem que ficar sempre no povo organizado em federação livre de associações agrícolas e industriais, o Estado revolucionário e novo, organizando-se de baixo pra cima pela via da delegação revolucionária e abrangendo a todos os países rebelados em nome dos mesmos princípios sem preocupação pelas velhas fronteiras e as diferentes nacionalidades, tenderá por objeto a administração dos serviços públicos e não o governo dos povos. Constituirá a nova pátria, a aliança de todas as reações.

9. Esta organização exclui qualquer idéia de ditadura e poder dirigente tutelar. Porém para a mesma realização desta aliança revolucionária e para o triunfo da revolução contra a reação, é necessário que em meio da anarquia popular que constituirá a vida mesma e toda a energia da revolução, a unidade de pensamento e da ação revolucionária forme um órgão. Esse órgão deve ser a associação secreta e universal dos Irmãos Internacionais.

10. Esta associação parte da convicção que as revoluções nunca as fazem, nem os indivíduos, nem se quer as sociedades secretas. Produzem-se por si mesmas, pela força das coisas, pelo movimento dos eventos e eixos. Se vão preparando durante muito tempo na profundidade da consciência instintiva das massas populares, logo explodem, suscitadas em aparências a geralmente por causas fúteis. Tudo o que pode fazer uma sociedade secreta bem organizada, é primeiro facilitar o nascimento de uma revolução, propagando entre as massas idéias que correspondam aos instintos das massas e organizar, no exército da revolução – o exército sempre deve ser o povo –, senão uma sorte de plano maior revolucionário composto de indivíduos entregues, energéticos, inteligentes, e, sobretudo amigos sinceros, nem ambiciosos, nem

vaidosos, do povo, capazes de servir de intermédio entre a idéia revolucionária e os instintos populares.

11. O número desses indivíduos não deve, pois, ser imenso. Para a organização internacional em toda Europa, bastam cem revolucionários fortemente e seriamente aliados. Duas, três centenas de revolucionários bastarão para a organização de um país maior.

Mikhail Bakunin, 1868.

Notas de Frank Mintz

1) No Programa da Sociedade da Revolução Internacional de 1868, se lê "II. Negação do livre arbítrio e do direito da sociedade castigar."

2) No Programa da Sociedade da Revolução Internacional de 1868, se lê: "as quatro maiores causas de toda imoralidade humana são: 1) a ausência de higiene e educação racionais; 2) a desigualdade de condições econômicas e sociais; 3) a ignorância das massas, que resultam naturalmente dele, e 4) sua necessária conseqüência, a escravidão. A educação, a instrução e a sociedade de acordo, a liberdade e a justiça devem substituir o castigo."

Observa-se que Bakunin deixou no tinteiro o primeiro ponto que poucas vezes impediu as revoltas populares.

Outono de 1868, original em francês.

